

**Re: MG\_DD\_TRT3\_STFC E1-DDG (0800) - PE N° 32-2021 - IMPUGNAÇÃO - OI S/A**

1 mensagem

**Secao De Liquidação de Despesas de Custeio** <slddc@trt3.jus.br>

14 de dezembro de 2021 15:33

Para: Secretaria de Licitações E Contratos &lt;selc@trt3.jus.br&gt;

Prezada Sheila,

Quanto ao item 3 da impugnação apresentada pela Oi Telemar relativa ao item 18.1 do Edital, esclarecemos que a apresentação de fatura com códigos de barra, por concessionárias de serviço público, não gera entraves ao pagamento feito por este Tribunal via SIAFI. Esse é inclusive o documento fiscal adotado pelas empresas já contratadas para execução de objetos semelhantes ao do Edital ora impugnado, qual seja, "contratação de empresa para prestação de serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC nos imóveis onde funcionam unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e de serviços de telecomunicação para Serviço de Discagem Direta Grátis DDG 0800", entre as quais está a própria Oi Telemar (por exemplo, contrato 18SR004).

Emite-se uma ordem bancária em favor da contratada, na qual consta o número de lista fatura, relativa à leitura do código de barras no SIAFI.

Nos editais e contratos anteriores, verifica-se que, de fato, foi prevista de maneira expressa a possibilidade de apresentação de **"fatura com código de barras"**. Por exemplo, nos documentos e-PAD 34593-2017-2 e 22882-2018-2, que apresentam a seguinte redação:

"O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital."

A redação do Edital em questão menciona de forma genérica "Nota Fiscal ou Fatura", sem, contudo, vedar que a fatura seja com código de barras.

Desse modo, entende-se que não há impedimentos de ordem operacional no SIAFI de pagamento de fatura com código de barras. Tampouco o Edital parece impedir a apresentação desse tipo de fatura pela contratada.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente,

Andrea Araújo.

SLDDC

Livre de vírus. [www.avg.com](http://www.avg.com).

Em ter., 14 de dez. de 2021 às 09:47, Secretaria De Liquidacao E Pagamento de Despesas <selpd@trt3.jus.br> escreveu:

----- Forwarded message -----

De: **Secretaria de Licitações E Contratos** <selc@trt3.jus.br>

Date: ter., 14 de dez. de 2021 às 00:50

Subject: Fwd: MG\_DD\_TRT3\_STFC E1-DDG (0800) - PE N° 32-2021 - IMPUGNAÇÃO - OI S/A

To: Secretaria De Liquidacao E Pagamento de Despesas <selpd@trt3.jus.br>

Prezado Secretário de Liquidação e Pagamento e Despesas,

O TRT realizará o Pregão 32/21 em 17/12/21, para contratação de empresa para prestação de serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC nos imóveis onde funcionam unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e de serviços de telecomunicação para Serviço de Discagem Direta Grátis DDG 0800, com ligações

ilimitadas de origem local e longa distância, de fixos e celulares de quaisquer operadoras, dentro do território nacional, nos termos deste Edital e seus anexos.

Apresentada a impugnação ao edital pela licitante Oi Telefonia Móvel, anexa, solicito o obséquio de enviar um esclarecimento quanto ao item 3 (sistema de faturamento, por meio de Nota Fiscal/Fatura, emitida com código de barras), para fins de subsidiar a resposta à impugnação, até o final do dia 14/21/21, em razão da exiguidade do prazo legal.

Envio também, anexo, o edital, para consultas necessárias.

Antecipadamente grata pela brevidade no retorno,

Pregoeira.



**SELC - Secretaria de Licitações e Contratos**

Av. do Contorno, 4631, 4º Andar, Funcionários Belo Horizonte/MG

CEP: 30110-027 - (31) 3228-7142/7144/7145/7040

----- Forwarded message -----

De: **Diego Henrique Duque** <[diego.duque@oi.net.br](mailto:diego.duque@oi.net.br)>

Date: seg., 13 de dez. de 2021 às 12:56

Subject: MG\_DD\_TRT3\_STFC E1-DDG (0800) - PE N° 32-2021 - IMPUGNAÇÃO - OI S/A

To: [selc@trt3.jus.br](mailto:selc@trt3.jus.br) <[selc@trt3.jus.br](mailto:selc@trt3.jus.br)>

Cc: Barbara Fortes Soares Dutra Moraes <[barbara.moraes@oi.net.br](mailto:barbara.moraes@oi.net.br)>, Guilherme Pitaro Guerra <[guilherme.guerra@oi.net.br](mailto:guilherme.guerra@oi.net.br)>, Beatriz Helena Dos Santos Mano <[beatriz.mano@oi.net.br](mailto:beatriz.mano@oi.net.br)>, Hugo De Jesus Vieira <[hugo.vieira@oi.net.br](mailto:hugo.vieira@oi.net.br)>, Joyce Marques Queiroz Laport Brandao <[joyce.brandao@oi.net.br](mailto:joyce.brandao@oi.net.br)>

Prezado Pregoeiro, boa tarde.

Vimos, respeitosamente, enviar impugnação anexo, referente ao edital de Pregão Eletrônico 32/2021 para os serviços de telefonia fixa.

Favor acusar recebimento.

À disposição e no aguardo de suas considerações.

Atenciosamente,

**Diêgo Henrique Duque**

Analista Comercial III

Diretoria de Vendas Governo Federal - B2B

(61) 98491-9494

[diego.duque@oi.net.br](mailto:diego.duque@oi.net.br)

SCN, Quadra 02 Bloco F Térreo - Ed. Estação Telefônica Centro-Norte - Brasília DF - CEP: 70712-906



Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informacoes privilegiadas e/ou de carater confidencial, nao podendo ser retransmitida sem autorizacao do remetente. Se voce nao e o destinatario ou pessoa autorizada a recebe-la, informamos que o seu uso, divulgacao, copia ou arquivamento sao proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.



Sender notified by  
[Mailtrack](#)

--  
Seção de Liquidação e Pagamento de Despesas de Custeio  
Secretaria de Liquidação e Pagamento de Despesas  
Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região  
Tel: (31)3228-7135



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

### 4. Da alegação de ilegalidade e irrazoabilidade na exigência de apresentação de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, mensalmente

Em sua impugnação, sustenta a Licitante haver exigência indevida na obrigação de apresentar os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, mensalmente, por ocasião do pagamento, reputando não haver amparo na Lei n. 8.666/1993 para tanto, além de flagrante irrazoabilidade.

Pois bem.

Não merece acolhida a insurgência.

Conforme menciona a Licitante, a regra se encontra explicitada na Cláusula Décima, Parágrafo Quinto da minuta contratual que integra o Anexo IV do Edital do PE n. 32/2021:

**Parágrafo Quinto:** Quando da emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Pagamento, serão verificados os documentos comprobatórios de situação regular para com a Receita Federal por meio de Certidão Unificada (Portaria MF 358/2014), FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, bem como para com o CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais). Nesta oportunidade também será verificada a situação cadastral junto ao SICAF e ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CNJ/CGU), ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa) e ao TCU (Lista de Inidôneos do TCU). Se algum desses documentos estiver com a validade expirada, a CONTRATADA será notificada para regularizar a documentação, ou indicar o fato impeditivo do cumprimento da obrigação, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de restar caracterizado o descumprimento do contrato.

(destacamos)

Nos termos literais da norma acima disposta, infere-se que não há nenhuma obrigatoriedade de reemissão e/ou reapresentação das certidões habilitatórias a cada mês, mas o estabelecimento de que as condições de habilitação impostas no instrumento convocatório **serão verificadas** no momento da emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Pagamento (o que quer dizer que se conferirá a manutenção da situação de regularidade a cada pedido ou pagamento).

Por óbvio, não se imporá à futura contratada a emissão de novos documentos a cada mês de faturamento. A Administração averiguará, pelos meios oficiais e constantes do processo administrativo, a existência de certidões válidas que atestem a regular situação fiscal e trabalhista da empresa contratada, sempre que for efetuar nova contratação do objeto ou pagar pelos serviços prestados.

A norma contratual deixa claro, ainda, que tão somente quando constatada a expiração da validade de um desses documentos (o que levaria à potencial configuração da situação de irregularidade da empresa), a eventual contratada será notificada para,



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

então, apresentar a documentação válida e que ateste a regularidade das condições habilitatórias ou indicar qualquer fato impeditivo do cumprimento da obrigação.

Ademais, o próprio Edital traz em seu item 7 (Habilitação), subitem 7.7 as menções às disposições legais que subsidiam as exigências de cada um dos documentos necessários ao cumprimento das condições de habilitação fiscal e trabalhista:

7.7. A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.7.2. Prova de regularidade para com a Receita Federal, demonstrada por meio de Certidão Unificada, nos termos da Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014 (tributos federais, contribuições previdenciárias e dívida ativa da União);

7.7.3. Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, conforme determina o artigo 27, letra "a", da Lei n.º 8.036, de 11/05/1990;

7.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa (CNDT), nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e conforme a Lei n.º 12.440/2011.

7.7.5. Serão verificados, ainda, durante a fase de habilitação, conforme determinação constante no Acórdão 1.793/2011 TCU – Plenário:

7.7.5.1. No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (disponível no portal da transparência - <http://www.portaldatransparencia.gov.br>) - a existência de registros impeditivos à contratação;

7.7.5.2. No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no portal do CNJ - a existência de registros impeditivos à contratação por improbidade administrativa.

7.7.5.3. No Sistema de Inabilitados e Inidôneos do TCU – a existência de registros impeditivos à contratação.

(sublinhamos)

Isso posto, não prosperam os argumentos insurretos apresentados, razão pela qual se recomenda o não acolhimento da impugnação no aspecto.

É como nos parece.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

**Assessor Jurídico de Licitações e Contratos**

Portaria GP n. 5/2020

**Re: MG\_DD\_TRT3\_STFC E1-DDG (0800) - PE N° 32-2021 - IMPUGNAÇÃO - OI S/A**

1 mensagem

**Secretaria de Gestão Predial** <segpre@trt3.jus.br>

15 de dezembro de 2021 11:59

Para: Secretaria de Licitações E Contratos <selc@trt3.jus.br>, Secretaria de Gestão Predial <segpre@trt3.jus.br>

Bom dia, Sheyla.

Segue resposta final ajustada da SEGPRED.

Att.,

Secretaria de Gestão Predial - SEGPRED  
Av. do Contorno, 4631, 6º andar, BH - MG  
(31)3228-7179

Em ter., 14 de dez. de 2021 às 18:14, Secretaria de Gestão Predial <segpre@trt3.jus.br> escreveu:

**Item 3**

Já é permitida a emissão de fatura com código de barras. A possibilidade de pagamento mediante SIAFI deve ser consultada junto à SELPD.

**Item 5.**

Os percentuais das penalidades são as utilizadas neste Regional em seus contratos e não estão fixados em 10% ou 15%, mas sim em **"até"** 10% (item 16.3.2) e em **"até"** 15% (item 16.3.3), em escala conforme entendimento técnico e dosimetria aplicada pela fiscalização.  
Desta forma, indefere-se o pedido da licitante.

**Item 6**

Não é possível que a base de cálculo das multas seja apenas da parcela em atraso. As assinaturas individuais, apesar de terem um valor relativamente baixo (nos casos das linhas analógicas), são de extrema importância para a continuidade da prestação jurisdicional deste Regional. Dessa forma, a ausência/ineficiência da CONTRATADA na prestação do serviço, acarreta danos a este Regional, muito superiores ao simples valor da assinatura do serviço.

A base de aplicação de multa segue, em proporcionalidade, os potenciais danos que este Regional possa ter com a prestação jurisdicional decorrentes da ineficiência da CONTRATADA na prestação do serviço.

Além disso, o percentual não está fixado em 10%, mas sim em **"até"** 10% (item 16.3.2), em escala conforme entendimento técnico e dosimetria aplicada pela fiscalização.

Sendo assim, indefere-se o pedido de impugnação para este item.

**Itens Técnicos**

**1- Da mudança de Endereço:**

As localidades e endereços atualmente atendidos pelo TRT estão listados no Termo de Referência. Possíveis mudanças de endereços, se ocorrerem, só são passíveis de serem divulgadas no momento de sua formalização, caso concretizadas estas **exceções**, e sempre serão comunicadas com bastante antecedência para a Contratada. Mudanças de endereços são exceções no Tribunal. Sendo assim, indefere-se o pedido para inclusão do trecho transcrito.

**2- Do 0800 ilimitado:**

A contratação deste Regional visa o pagamento de valor fixo por determinado serviço, independente do tráfego de ligações. Sendo assim, não serão faturadas de forma individualizada o tráfego de ligações do serviço 0800.

Encaminhamos o histórico do tráfego de ligações, em minutos mensais, via serviço 0800 deste Regional. Serviço com tráfego **muito baixo**.

Desta forma, não é possível acatar a solicitação.

Att.,

Dilson José Couto Filho  
Secretaria de Gestão Predial - SEGPRED

Av. do Contorno, 4631, 6º andar, BH - MG  
(31)3228-7178

Em ter., 14 de dez. de 2021 às 00:37, Secretaria de Licitações E Contratos <[selc@trt3.jus.br](mailto:selc@trt3.jus.br)> escreveu:  
Prezado Secretário de Gestão Predial,

Encaminho a essa secretaria a impugnação ao edital pela empresa Oi Telefonia Móvel, relacionado ao Pregão 32/21, solicitando o parecer da área quanto aos itens técnicos, notadamente os de número 4, 5, 6 e os itens técnicos finais.

Atenciosamente,

Pregoeira.



**SELIC - Secretaria de Licitações e Contratos**

Av. do Contorno, 4631, 4º Andar, Funcionários Belo Horizonte/MG  
CEP: 30110-027 - (31) 3228-7142/7144/7145/7040

----- Forwarded message -----

De: **Diego Henrique Duque** <[diego.duque@oi.net.br](mailto:diego.duque@oi.net.br)>

Date: seg., 13 de dez. de 2021 às 12:56

Subject: MG\_DD\_TRT3\_STFC E1-DDG (0800) - PE N° 32-2021 - IMPUGNAÇÃO - OI S/A

To: [selc@trt3.jus.br](mailto:selc@trt3.jus.br) <[selc@trt3.jus.br](mailto:selc@trt3.jus.br)>

Cc: Barbara Fortes Soares Dutra Moraes <[barbara.moraes@oi.net.br](mailto:barbara.moraes@oi.net.br)>, Guilherme Pitaro Guerra <[guilherme.guerra@oi.net.br](mailto:guilherme.guerra@oi.net.br)>, Beatriz Helena Dos Santos Mano <[beatriz.mano@oi.net.br](mailto:beatriz.mano@oi.net.br)>, Hugo De Jesus Vieira <[hugo.vieira@oi.net.br](mailto:hugo.vieira@oi.net.br)>, Joyce Marques Queiroz Laport Brandao <[joyce.brandao@oi.net.br](mailto:joyce.brandao@oi.net.br)>

Prezado Pregoeiro, boa tarde.

Vimos, respeitosamente, enviar impugnação anexo, referente ao edital de Pregão Eletrônico 32/2021 para os serviços de telefonia fixa.

**Favor acusar recebimento.**

À disposição e no aguardo de suas considerações.

Atenciosamente,

**Diêgo Henrique Duque**

Analista Comercial III

Diretoria de Vendas Governo Federal - B2B

(61) 98491-9494

[diego.duque@oi.net.br](mailto:diego.duque@oi.net.br)

**SCN, Quadra 02 Bloco F Térreo - Ed. Estação Telefônica Centro-Norte - Brasília DF - CEP: 70712-906**



A marca acima está legalmente protegida.  
Antes de imprimir, lembre-se do seu compromisso com o meio ambiente.

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informações privilegiadas e/ou de caráter confidencial, não podendo ser retransmitida sem autorização do remetente. Se você não é o destinatário ou pessoa autorizada a recebê-la, informamos que o seu uso, divulgação, cópia ou arquivamento são proibidos. Portanto, se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, nos informe respondendo imediatamente a este e-mail e em seguida apague-a.



Sender notified by  
[Mailtrack](#)